



### **Aos Conselhos Regionais de Psicologia do Sudeste e ao Conselho Federal de Psicologia.**

Nos dias 03 e 04 de março de 2023, reunidas na Universidade Veiga de Almeida, 300 psicólogas, estudantes de Psicologia, militantes de movimentos sociais e profissionais de áreas parceiras da Psicologia discutiram sobre Psicologia e Violência de Estado. O evento firmou uma parceria inédita nesta temática entre os Conselhos de Psicologia da Região Sudeste e o Conselho Federal de Psicologia para produzir acúmulos de orientação à categoria e diálogo entre as/os psicólogas/os e demais segmentos da sociedade para localizar na conjuntura brasileira o papel da Psicologia. Compreendemos que uma série de violações aos direitos fundamentais são cometidas contra a população no Brasil e, em diversos momentos, é o Estado o agente que executa as referidas violências.

Em 2023, inaugura-se um novo período no ciclo democrático brasileiro, mas, mesmo num momento de reabertura democrática, fortalecimento de políticas públicas para redução de desigualdades e retomada de importantes canais de diálogos entre entes governamentais e sociedade, compreendemos que há também, no bojo desse novo ciclo progressista, uma série de elementos que perpetuam situações de violações de direitos da população- sendo os mais afetados a população que vem sendo vulnerabilizada no Brasil há mais de 500 anos: pessoas negras, pobres, moradores de favelas e periferias, mulheres, povos originários e o conjunto da classe trabalhadora.

Nesse sentido, o I Seminário Regional de Psicologia e Violência de Estado do Sudeste indica a necessidade de localização da Psicologia no Brasil nas lutas para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, conforme preconiza o Princípio Fundamental II do Código de Ética Profissional do Psicólogo e da Psicóloga (CFP, 2005).

Além disso, indica que os Conselhos Regionais de Psicologia do Sudeste e Conselho Federal de Psicologia discutam, dentro daquilo que é atribuição e função precípua do Sistema Conselhos de Psicologia, sobre os encaminhamentos e apontamentos produzidos durante o evento, em especial nos grupos de discussão, que versaram sobre as temáticas de Segurança

Pública; Privação de Liberdade; Violências Territoriais, ambientais e comunitárias; Guerra às Drogas e antiproibicionismo; Violência de Gênero; Extermínio da Juventude Negra e Periférica. A seguir, resumo dos principais debates realizados em cada grupo de discussão. As relatorias de cada GT seguirão, na íntegra, como anexo ao presente documento, bem como o link para a gravação das mesas de debate, com solicitação de debate nas Reuniões Plenárias de cada Regional e do CFP para os encaminhamentos necessários.

### **Segurança Pública**

1. É necessário apostar numa discussão que quebre uma lógica da segurança pública enquanto sinônimo de polícias: é necessário discutir uma segurança pública popular, segurança pública junto com as outras políticas públicas, como saúde, habitação, assistência social, educação e outras. É necessário debater a desmilitarização das polícias e o fim da polícia militar. O policial que mata deve ser afastado de suas funções. Nesse momento histórico, devemos fortalecer a discussão que defende a importância das câmeras nas polícias para reduzir seus danos à sociedade.
2. Há a necessidade de debater a precariedade do sistema prisional quanto à ausência de profissionais, tanto para atender as pessoas presas quanto seus familiares, para garantir atendimentos humanizados. São necessárias ações coletivas junto ao sistema de justiça para que se produza humanização para as pessoas privadas e suas famílias.
3. Necessidade de debater e qualificar o atendimento das políticas públicas para não haver julgamentos morais das vítimas de violência de Estado e suas famílias. É necessário que haja acolhimento dessas vítimas e famílias, e não novas punições.
4. É necessário realizar uma disputa dos sentidos entre profissionais e estudantes de psicologia acerca da segurança pública, com foco para a discussão do racismo e guerra às drogas, que é na verdade uma guerra às pessoas pretas, periféricas e faveladas.
5. Sair do lugar de especialistas e produzir coletivamente formas de cuidado frente à violência de estado, considerando as demandas das pessoas atingidas e movimentos sociais.
6. Que a categoria da psicologia seja mais ativa nos espaços de construção de políticas públicas de segurança pública, álcool e outras drogas, políticas de saúde e assistência. Abrir espaços de participação efetiva na construção dessas políticas, aproveitando a conjuntura política do país.
7. Visibilização das história dos povos historicamente oprimidos e das violências que são naturalizadas na sociedade, de forma a desnaturalizar-las e descriminalizar a pobreza e o povo preto.
8. Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial, em defesa da política de redução de danos, enquanto política importante que vai contra a lógica da guerra às drogas.
9. Ampliar o tema da violência de estado para abarcar também as violências sofridas pelos profissionais.

## **Privação de Liberdade**

Durante o Grupo de Discussões, algumas questões foram levantadas, a serem aprofundadas pelo Sistema Conselhos:

1. Questão central para a Psicologia: é fundamental Implicar a psicologia, como ciência e profissão, na garantia de direitos das pessoas em privação de liberdade.
2. Que outros sistemas de justiça temos inventado? Qual a relação da psicologia com o sistema de justiça?
3. Como pensar uma sociedade menos punitivista?
4. Que exemplos de rede que se criam para o enfrentamento da violência de Estado e como a Psicologia se relaciona com eles na promoção de cuidados?
5. Como criar mecanismos que nos coloque em uma perspectiva abolicionista na prática profissional?
6. Há uma necessidade da psicologia se aproximar ainda mais dos movimentos sociais que lutam contra toda forma de privação de liberdade.
7. Qual o compromisso dos executores da política prisional com o combate às práticas de tortura?
8. Quais os efeitos na vida das famílias das pessoas privadas de liberdade e quais tarefas a Psicologia pode cumprir diante desse cenário?
9. Qual a noção de liberdade quando se trata de pessoas pretas e pobres?
10. Preconceito e racismo em abordagens policiais produzem sofrimento e modos de habitar o mundo diferente para pessoas negras.
11. Construção de práticas para ampliar/transversalizar a escuta.
12. Necessidade da atuação psi que não se paute pela moral que nos atravessa pelo crime cometido por quem está no sistema.

## **Violências Territoriais, ambientais e comunitárias**

1. A atividade de mineração tem sido considerada um “mal necessário” em prol do desenvolvimento econômico, por isso se desenvolve sem obstáculos pelo poder público, o que aponta para uma negligência do Estado. Crimes e desastres da mineração não são acidentes, são opção tecnológica, que não consideram os riscos e impactos da perda de territórios. No contexto de rompimentos e outros impactos das barragens, é necessário pensar estratégias não apenas de respostas iniciais. Desencadeiam violações que permanecem.
2. Importa extrapolar dimensão patologizante/individualizante e biomédica. Pensar no sofrimento e no racismo ambiental, no dano moral, e na disputa desigual com grandes empresas transnacionais, que promovem estigmatização da reivindicação reparatória – atingidos são tratados como exploradores e as empresas consideradas como a única “salvação”.
3. Considera-se a importância de práticas em saúde mental alinhadas com a dinâmica dos territórios, com a defesa dos direitos humanos e com as reivindicações por justiça (reparação). Promover saúde é também apoiar mobilização, indignação.

4. Violência territorial urbana é um contexto onde se observam os efeitos de ausências do Estado, como falta de saneamento público e de serviços das políticas sociais.
5. Desastres por efeito de eventos climáticos, como secas e chuvas, são tratados como catástrofe natural, mas são resultado da intervenção humana ou da omissão de ações humanas para mitigar e prevenir. Há necessidade da Psicologia se articular de forma mais intensa no campo das discussões de questões ambientais, das barragens e questão indígena, quilombola e de povos tradicionais, como contextos de disputas por ocupação ou demarcação que afetam o corpo-território, pela exploração territorial como recurso para lucro.

### **Guerra às Drogas e antiproibicionismo**

O Grupo discutiu alguns apontamentos ao Sistema Conselhos:

1. Necessidade de valorização da cultura da favela que se expressa no rap, no funk, no samba, levando suas pautas e sendo a voz dos territórios marginalizados, e reconhecer essas expressões como presença fundamental nos espaços de construção e debates psi.
2. Levar o debate de drogas na perspectiva da redução de danos para dentro das universidades para que esse debate esteja presente na formação das futuras psicólogas.
3. Pensar enquanto psicologia mecanismos de enfrentamento às comunidades terapêuticas, e como frear e barrar isso também no legislativo, fortalecendo as políticas públicas que já temos hoje referente a redução de danos.
4. Construção de uma agenda coletiva para efetivação das políticas públicas de redução de danos.
5. Aproximar cada vez mais os sistemas conselhos dos movimentos sociais do campo antiproibicionista.
6. Trabalhar nos serviços de assistência e saúde para pressionar a volta dos conselhos, essenciais para o controle social no SUS, que foram minados durante os últimos 6 anos.
7. Trabalhar para racializar cada vez mais os debates, entendendo que o racismo permeia todos os aspectos da nossa vida.

### **Violência de Gênero**

O debate realizado no Grupo acumulou sobre a importância das psicólogas seguirem com a ocupação das políticas para mulheres em situação de violência. Há uma demanda compartilhada entre mais de 70% das mulheres vítimas de violência sobre a importância de medidas mais severas para o enfrentamento de tais práticas e mais de 70% também acreditam que é fundamental a ampliação do apoio psicológico para o enfrentamento das referidas violências. Os principais apontamentos do grupo foram no campo da defesa de políticas públicas fortalecidas e com financiamentos; bem como intervenção em políticas públicas existentes (por exemplo formação complementar sobre preenchimento de fichas do SINAM, capacitação de psicólogos para o atendimento); discussão sobre violências específicas contra mulheres LBTs (que muitas vezes sofrem forte violência familiar e falta

de dados sobre violências específicas como lesbocídio e transfeminicídio) e criação de mecanismos para intervenção sobre práticas no campo da violência obstétrica. Também foi falado sobre a necessidade de responsabilização maior de homens sobre o debate.

Como psicólogas precisamos estar atentas às resoluções que temos para trabalhar as questões de gênero como a 08/2020 que versa sobre o atendimento às mulheres em situação de violência sejam elas mulheres lésbicas, bi ou trans levando em consideração a raça, classe e etnia.

### **Extermínio da Juventude Negra e Periférica**

O Grupo acumulou debates a partir de experiências de violência letal contra jovens negros em favelas e periferias, indicando os seguintes temas centrais:

1. O Sistema Conselhos necessita discutir sobre extermínio da população jovem negra, produzindo orientações e posicionamentos sobre o tema para a sociedade brasileira, circulando a discussão em diferentes locais e com diferentes atores.
2. É necessário Pensar estratégias sistematizadas e contínuas de trabalho na atenção psicossocial;
3. No caso das famílias de vítimas do Estado, a medicalização dopa a dor. Há uma Máquina econômica das drogas lícitas e ilícitas e os jovens e familiares morrem por ambas máquinas; as lícitas pelo consumo de adormecer a dor e as ilícitas pela criminalização do seu comércio.
4. Para a população negra, pensar em noções de rede alargadas é fundamental: Rede também é o consultório, a rua, os espaços de convivência dos coletivos, a valorização da cultura negra e ancestralidade, expressa também em práticas religiosas;
5. É fundamental qualificar a intervenção das psicólogas que atuam na interface com vítimas de violência de estado, pois em diferentes instituições há um processo de reprodução de violências contra vítimas.
6. Há um componente territorial que precisa comparecer nas análises dos processos de vitimização de jovens negros, entendendo como os mecanismos de violação de direitos são diferentes em cada contexto.
7. Que o Sistema Conselhos impulse mais ações junto às universidades para inclusão de autores negros na grade curricular para que a formação tenha mais reconhecimento entre realidade da população negra brasileira e estudantes;
8. Refletir sobre o lugar dos profissionais psicólogos negros de modo a fortalecer a sua atuação em contextos que os corpos negros são colocados como alvo, de forma a produzir mecanismos de cuidado aos profissionais e fortalecimento de sua atuação.
9. Que os próximos encontros organizados pelos conselhos haja ainda mais presença de movimentos sociais, é fundamental.

## **Considerações Finais**

Consideramos que o I Seminário Regional de Psicologia e Violência de Estado contribuiu para a circulação de práticas e conhecimentos sobre a relação entre a exercício profissional da Psicologia e contextos de violência de Estado, fortalecendo orientações para atuações éticas alinhadas com os pressupostos preconizados no Código de Ética Profissional do Psicólogo e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Um país de dimensões continentais como o Brasil pode abrigar diferentes práticas numa mesma política pública e é fundamental a discussão qualificada sobre temas que nos constituem como sociedade para localizar o nosso papel ético e político.

O que se discutiu sobre as realidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo evidencia que, apesar de diferentes práticas, há uma orientação política de estado que ainda utiliza seu aparato para violentar populações inteiras, tornando presente um modo de operar que é estruturado pelo racismo.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2023  
Seminário Regional de Psicologia e Violência de Estado

**CÉU SILVA CAVALCANTI** (CRP 05/57816)  
Conselheira-Presidenta do CRP-RJ

**LILIANE CRISTINA MARTINS** (CRP 04/50845)  
Conselheira Vice-Presidenta do CRP-MG

**MARIA CAROLINA FONSECA BARBOSA ROSEIRO** (CRP 16/2644)  
Conselheira do Conselho Federal de Psicologia

**TALITA FABIANO DE CARVALHO** (CRP 06/71781)  
Conselheira Presidenta do CRP-SP

**THIAGO PEREIRA MACHADO** (CRP 16/3706)  
Conselheiro Presidente do CRP-ES